

Veículo: DCI
Data: 19.11.12

Eleição da Apimec começa hoje e busca reforçar analistas

A eleição para a presidência nacional da Associação de Profissionais de Investimentos e de Mercado de Capitais (Apimec) começa hoje e duas chapas em disputa buscam reforçar a profissão dos analistas de investimentos ante a realidade da queda de 25% do número de integrantes da categoria desde a eclosão da crise econômica mundial em 2008.

"É cada vez menor o número de analistas de investimentos nas corretoras. Temos que ter coragem para mudar esse quadro", afirma o candidato Paulo Ângelo Carvalho de Souza, atual presidente do Instituto Mineiro de Mercado de Capitais e ex-presidente da Apimec-MG.

Para o outro candidato à presidência nacional, Reginaldo Alexandre, atual presidente da Apimec-SP, o futuro da profissão passa pela internacionalização. "É imprescindível que o analista brasileiro possa atuar na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia e no Oriente Médio", afirma.

Segundo Alexandre, isso demanda a dedicação dos profissionais de investimentos em buscar a certificação internacional, já disponível por meio de convênios com organismos semelhantes em outros países. "Na prática, nosso profissional precisa se atualizar em cursos, e realizar um exame a mais para obter a certificação internacional", aponta.

Em outra de linha de pensamento com mas com objetivo semelhante, Paulo Ângelo propõe a revisão dos processos de certificação. "O Programa de Certificação do Analista necessita ser revisto, atendendo os aspectos legais, com a finalidade de formar profissionais plenamente habilitados, para atender às exigências dos mercados de trabalho nacional e internacional", afirma Ângelo.

No discurso, ambos os candidatos também concordam que a Apimec deve ter uma posição mais ativa em defesa dos investidores. "O mercado de capitais está sendo destruído pelo governo federal. A Apimec deve posicionar-se mais claramente em casos de intervenção e de respeito aos contratos", disse Paulo Ângelo, referindo-se a questão de renovação das concessões do setor elétrico.

Já Alexandre diz a Apimec deverá continuar a reforçar seu papel de defesa do investidor participando de iniciativas em parcerias com outras entidades dos mercados financeiro e de capitais. "Temos um relação muito boa com outras entidades e com a CVM [Comissão de Valores Mobiliários]", afirmou o candidato.

Como exemplo, Alexandre lembrou que a Apimec deverá participar da Comissão de Aquisições e Fusões (CAF), organismo criado em 2012 para defender acionistas minoritários em questões de aquisições de participações societárias.

Regionais

Paulo Ângelo propõe o fortalecimento das Apimecs regionais, esvaziadas de eventos e reuniões Apimec com empresas de capital aberto. "O número de reuniões Apimec em Minas Gerais caiu de uma média de 90 eventos para 45 reuniões com empresas, e Brasília, por exemplo, teve no máximo 20 apresentações nesse ano. É pouco", argumentou.

Esse cenário é diferente de São Paulo que manteve a média de 170 reuniões por ano. "As empresas precisam buscar realizar eventos em outros Estados e no interior de São Paulo", disse Reginaldo Alexandre.

De acordo com as propostas recebidas dos candidatos, ambos identificam a necessidade da educação continuada e da certificação dos analistas, assim como vislumbram iniciativas de educação financeira aos investidores para desenvolver o mercado acionário no Brasil e a formação de poupança de longo prazo.

A eleição para a presidência nacional e nas regionais segue até o dia 28 de novembro. O mandato será de 2 anos, e o substituto da atual presidente, Lucy Souza, terá o desafio de expandir o número de integrantes da categoria, planejar o próximo Congresso da categoria em 2014 que será realizado em Porto Alegre, e de expandir a atuação da Apimec em eventos internacionais.

Código de Conduta

O **Comitê de Orientação para Divulgação de Informação ao Mercado (Codim)** - organismo formado pela Apimec e outras 11 entidades - divulgou seu pronunciamento número 15, que incentiva a formação e divulgação de códigos de condutas em empresas abertas e fechadas.

"O objetivo é evitar que pequenos deslizes possam arruinar uma reputação institucional construída ao longo de décadas", afirmou o correlator do pronunciamento e diretor da regulação de emissores da BM&FBovespa, Carlos Alberto Rebello.

Entre os temas do pronunciamento, o representante do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e superintendente de RI do Itaú, Geraldo Soares, alertou que o Código trata os representantes das empresas como iguais, incluindo diretores e presidentes. "As empresas também devem dar transparência para contribuições voluntárias, doações e contribuições políticas", informou Geraldo Soares.